

|                     |               |                   |
|---------------------|---------------|-------------------|
| DIÁRIO DE NOTÍCIAS  |               | COMÉRCIO DO PORTO |
| PORTUGAL HOJE       | 24. JAN. 1980 | DIÁRIO POPULAR    |
| CORREIO DA MANHÃ    |               | DIÁRIO DE LISBOA  |
| DIA                 |               | CAPITAL           |
| DIÁRIO              |               | TARDE             |
| A TRIBUNA           |               |                   |
| PRIMEIRO DE JANEIRO |               |                   |
| JORNAL DE NOTÍCIAS  |               |                   |

Sousa Franco em entrevista a «Portugal Hoje»:

## O actual Governo ignora as mais elementares normas de civismo e tolerância

Insuspeito de esquerdismo, Sousa Franco dirige ao Governo de Sá Carneiro/Freitas do Amaral um terrível libelo acusatório, recordando sem peias que a decisão de suspender a executoriedade de actos legislativos lançou a confusão e a paralisação na Administração Pública e que este tipo de solução seria «impensável num País democrático».

Na entrevista que hoje publicamos, o ex-ministro das Finanças passa em balanço a sua passagem de 4 meses pelo V Governo, analisa friamente a actuação da banca nacionalizada, considera «claramente inconstitucional» a lei do referendo e debruça-se também sobre a classe política que temos. É neste contexto que, depois de assinalar a degradação a que chegou

o PSD (partido de que se demitiu, com fundamento em divergências irreconciliáveis com Sá Carneiro), Sousa Franco manifesta-se convencido de que a selecção dos políticos se há-de operar entre aqueles «com um mínimo de moral na sua vida privada», recordando, para bom entendedor, que «a vida privada, para os homens públicos, é pública» e que a moral privada é indissociável da moral pública.

Serenamente, mas com frontalidade, Sousa Franco fustiga os tartufos que enxameiam o poder. E mostra-se esperançado em que melhores dias virão. Por aí mesmo começámos — por lhe perguntar se tudo isto valeu a pena.

Sousa Franco — Penso que valeu a pena, tanto mais que uma acção governativa deve julgar-se pelo seu programa e prática, não pelas posições subjectivas de qualquer dos seus agentes, desde o primeiro-ministro até ao mais jovem subsecretário de Estado. O passado Governo de cinco meses nasceu de um vazio do poder — com o Governo de Mota Pinto demitido desde Junho e a Assembleia da República pré-dissolvida — e da necessidade de preservar as instituições democráticas durante o curto período do seu mandato. Foi-lhe dada como tarefa primordial a de realizar duas eleições — as parlamentares e as locais, de 2 e 16 de Dezembro — em clima de serenidade, imparcialidade e isenção. E estas eleições foram tão livres e calmas que tiveram menos incidentes do que as anteriores e asseguraram iguais possibilidades de livre escolha; tão livres, que delas saiu uma viragem de maioria parlamentar e governativa e a possibilidade de um Governo maioritário de nova maioria nos próximos nove meses. Não é a primeira vez que sucede em Portugal, nem uma coisa, nem outra — ao contrário do que foi badalado pela propaganda oficial. Mas pôde suceder em clima de liberdade, sem perseguições, coacções nem distúrbios — e isso se deve ao Povo português, mas também às instituições democráticas, nomeadamente ao V Governo.

Outra tarefa lhe coube: governar. Oscilando entre a necessidade de não adiar Portugal por mais cinco meses e o respeito pela diversidade das opções que o eleitorado haveria de fazer, como é próprio de um Executivo que se assumiu como Governo de transição. As condições de partida eram más. Chegava-se às eleições no termo de um longo processo de desgaste de todas as instituições democráticas, provocado pelas forças políticas de direita, visando que umas eleições, inúteis na dinâmica normal da nossa vida constitucional, se tornassem afinal eficazes para que uma nova maioria tomasse o poder com o fim confessado de mudar o regime. A neutralidade governativa do Governo, que sempre defendi, não poderia confundir-se com ineficácia na grave crise que o País atravessa. Ela obrigaria a prosseguir com firmeza a política financeira de 1978 e 1979, colhendo os seus frutos positivos, a lutar contra a inflação, que se acelerava perigosamente a iniciar acções de estímulo ao investimento, como fruto da austeridade, a actualizar minimamente as condições laborais e sociais dos trabalhadores portugueses, a executar e regulamentar as leis em vigor, a continuar uma política de empenhamento activo em boas relações com todos os povos do mundo, em acelerar as negociações para a integração europeia... Tudo isto se procurou fazer em maior ou

menor grau. Não foi culpa do V Governo que se recusassem ao diálogo aqueles mesmos que, como hoje se vê, parecem confundir a luta política com a guerra civil fria. Nem é culpa sua que, afinal em homenagem à sua relativa eficiência e isenção, venha agora o VI Governo introduzir na Administração Pública a paralisação e a confusão e praticar à face do País um acto que lhe não compete — o julgamento da legitimidade de Governos anteriores. No seu seguimento, vejo atónito uma série de despachos «de chapa», impensáveis num País solidamente democrático, e além do mais ilegais e arbitrários, suspendendo tudo quanto foi decidido em Dezembro e Janeiro, como se tivesse havido uma mudança de regime, fazendo o que se não fez nem em 25 de Abril, em cópia dos regimes totalitários da Europa de Leste, únicos que não reconheceram valor ao Direito anteriormente vigente. Quanto à capacidade democrática e tolerância do V Governo, é significativo que ele tivesse nomeado para presidente da TAP o actual ministro da Indústria, sabendo bem das suas inclinações políticas — ao passo que este Governo exerce vinganças pequeninas sobre a anterior primeira-ministra. Só isto exemplifica o exemplo de tolerância e diálogo que, apesar dos seus erros, foi o Governo anterior. Os portugueses começam a vê-lo. Vê-lo-ão cada vez mais? Espero sinceramente que não. Mas receio bem que sim, pela amostra a que vamos assistindo.

### «Discordei do Pacote Financeiro»

P.H. — Se o plano económico de estabilização e a carta de intenções ao FMI abriram caminho a uma certa melhoria de situação financeira do País, as medidas de política económica e financeira que foram tomadas juntamente com o chamado «pacote social» mereceram a sua discordância, pois podem inverter essa tendência para a regeneração financeira. Gostariamos que esclarecesse, a este respeito, de que forma é que foram implementadas as medidas de que discordou, e quais as suas consequências previsíveis no défice da balança de transacções correntes e no crescimento do volume de crédito ao consumo.

S.F. — Não foi o pacote social que mereceu a minha discordância em termos públicos — embora me suscitasse restrições técnicas: foi, sim, o «pacote financeiro». As medidas de que discordo, tomadas mais num plano político do que técnico-administrativo, não chegaram a ser implementadas: nem a taxa de juro diminuiu, nem se alterou o ritmo de desvalorização do escudo. Baste como justificação que, no final do ano e em vésperas de mudança de Governo, não

seria o momento adequado para fazer tão radicais modificações na política monetária e cambial. Em relação a estas duas medidas — designadamente a primeira — se fosse tomada, teria como ineludível efeito a prazo a expansão do consumo e a deterioração da balança de pagamentos, tanto por via da balança de capitais como pela de transacções correntes. Sublinho que considero desejável continuar, em 1980, a reduzir o ritmo de desvalorização do escudo, como aliás vinha sucedendo gradualmente em 1979. Apenas discordei de uma descida brusca e mais acentuada do que a que estava programada, decidida de improviso no mês de Dezembro. Quanto à taxa de juro o problema é muito mais complexo: se as condições internacionais o possibilitassem, consideraria desejável diminuí-la, como seria óbvio para quem conheça o meu pensamento. Mas pensei sempre que numa conjuntura mundial de subida das taxas de juro, diminuí-las em Portugal não estimularia as poupanças, antes provocaria evasão de capitais e travaria o fluxo das remessas de emigrantes. Há aqui um simples problema de mercado aberto: se resolvéssemos baixar o preço do ouro em Portugal, agora que ele sobe em todo o mundo, teria isso algum efeito benéfico ou apenas nos prejudicaria? Não hesito na segunda alternativa. O mesmo se passa com o preço do dinheiro — a taxa de juro. É isto que penso da sua redução — que considero, ou uma promessa demagógica, ou um acto com graves custos para a nossa economia, seja qual o Governo que a pratique: aquele de que

fiz parte ou o actual, que a promete no seu programa de Governo. Se tem a intenção de cumprir agora, fica avisado do que sucederá.

### Reforma Fiscal e tributária

P.H. — Em que ponto se encontram os trabalhos da comissão encarregada da reforma do sistema fiscal português e da criação do chamado «imposto único»? Há um acompanhamento das negociações com a CEE por parte dos responsáveis pela reforma do sistema fiscal português?

S.F. — Juridicamente, está tudo suspenso pelo actual Governo... Além da criação do número fiscal, o que se fez foi pouco — precisamente por eu entender que os passos urgentes que havia a dar de forma alguma poderiam comprometer decisivamente a liberdade de escolha de qualquer Governo que depois viesse. Constituiu-se um grupo de trabalho encarregado do exercício de análise do Direito comunitário derivado em confronto com o Direito português, no domínio fiscal, que iniciou os seus trabalhos em Novembro passado, no quadro geral da intensificação da preparação da adesão à CEE em que o V Governo se empenhou. Fizem-se ou iniciaram-se diversos estudos parcelares, que estão em curso, designadamente sobre as medidas imediatas a incluir no Orçamento (que se procurou submeter a uma tripla óptica de eliminação de injustiças de política conjuntural e de preparação da reforma fiscal). Dinamizou-se

o estudo dos incentivos fiscais e financeiros, aliás em cooperação com os Governos das regiões autónomas, designadamente o dos Açores. Finalmente, uma portaria (de Dezembro passado) definiu a estrutura e o mandato de uma Comissão de Reforma Fiscal, entendida esta no triplo sentido de reforma das relações entre a Administração e os contribuintes, de reforma dos métodos e da estrutura da Administração tributária e de reforma do sistema de impostos. Por despacho também de Dezembro, entendi que o preenchimento efectivo da Comissão, designando os seus elementos, deveria competir ao futuro Governo, enunciando embora certo número de directivas para o seu trabalho: e uma delas é que as pessoas que já estão trabalhando nas negociações com a CEE deverão participar nos trabalhos da Comissão de Reforma Fiscal. Dir-lhe-ei ainda, à laia de curiosidade, que das pessoas sondadas para integrar este órgão, antes das eleições legislativas, constam algumas que hoje têm altas responsabilidades no actual Governo... E comentarei que a prioridade para que se apontava era dupla: por um lado, reformar desde já os métodos e processos da Administração Fiscal; por outro, criar, a prazo de dois anos, o imposto único sobre os rendimentos das pessoas singulares e das pessoas colectivas, pois parece-me impossível avançar, em separado, ou muito mais depressa, com a tributação unitária do rendimento das pessoas singulares. Isso seria duplicador de esforços, gerador de injustiças (desfavorecendo as pessoas singulares face às empresas) e, afinal, incoerente — pois o processo de integração dos impostos directos sobre o rendimento pode e deve ser simultâneo nas suas duas categorias principais.

### Número de contribuinte

P.H. — A criação do número fiscal de contribuinte e o seu tratamento cibernético é susceptível de utilização menos correcta por parte do Estado. Foram tomadas as medidas necessárias para prevenir as hipóteses de utilização abusiva, para fins extra-fiscais, dos dados a recolher?

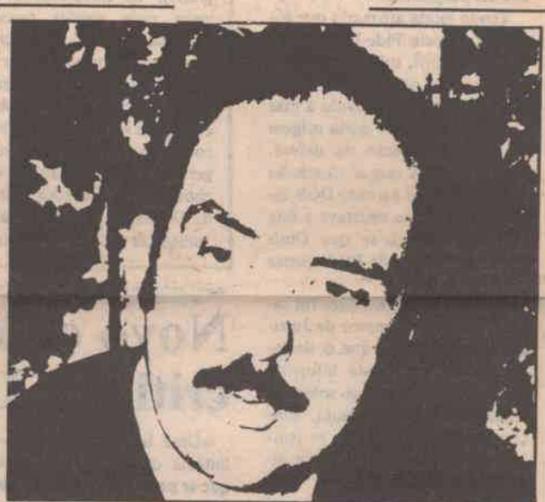
S.F. — Todas as garantias possíveis foram estabelecidas para respeitar a Constituição e garantir assim a intimidade e a individualidade de cada contribuinte perante o Estado. É claro que falta uma lei geral sobre a protecção do cidadão face à informática, que dê execução ao artigo 35.º da Constituição e pela qual me tenho batido. Mas só a Assembleia da República poderá aprová-la. Antes da publicação deste diploma, a sua revisão foi feita tendo em conta um bem elaborado parecer da Procuradoria-Geral da República, e o Conselho de Ministros, obedecendo a sugestão minha e sob proposta

do dr. Pedro Macedo, ministro da Justiça, criou uma comissão interministerial destinada a analisar a problemática geral da informática e das liberdades. Há porém, mais. Prevê-se que o número fiscal não seja um número significativo e que não possa haver integração de ficheiros, evitando assim os riscos de ele se transformar num número nacional; prevê-se o acesso de cada cidadão aos dados que lhe digam respeito; regula-se rigorosamente a utilização dos elementos fornecidos e sua exploração, bem como quem a eles pode ter acesso. Por todos estes lados, fechou-se a porta do abuso, no âmbito próprio de uma lei específica, que, todavia, carece da lei geral de defesa do cidadão face à informática.

Permita-me que sublinhe que esta é a medida mais importante tomada até hoje para realizar dois objectivos essenciais: lutar contra a evasão e a fraude fiscais e realizar a parte fulcral da reforma fiscal, que consiste na introdução do imposto único sobre os rendimentos. O ataque ao número fiscal, ou é fruto de ignorância, ou bem ao contrário, parte de interesses económicos obscuros — sejam eles grandes, médios ou pequenos — que se movem melhor na confusão actual do que num sistema que assim, estará racionalizado e transparente dentro de relativamente pouco tempo. É do interesse dos que não têm acesso à fraude fiscal, que este meio de controlo, fundamentalmente eficaz para rendimentos que não são os deles, possa assim contribuir para repor a justiça fiscal. E nem se diga que uma disposição restritiva do pagamento, sem número fiscal, de rendimentos objecto de tributação por retenção na fonte é inconstitucional, pois privaria os trabalhadores do seu salário, à semelhança de uma recente disposição revogada pelo V Governo, que privava de receber os rendimentos de Dezembro quem não demonstrasse ter pago o imposto complementar. Pois, aqui, a disposição aplica-se a todos os rendimentos, e não só aos do trabalho; e o seu fundamento é a fácil posse de um mero papel — o cartão de contribuinte — e não o cumprimento do dever de pagar o imposto. Tal disposição, embora discutível, é justificada pela inutilidade em que cairá o número fiscal se o cartão do contribuinte — como o bilhete de identidade, o cartão de eleitor, o do beneficiário da segurança social (que devia haver) e outros — não for generalizadamente usado e exigido. É este afinal o preço de vivermos numa sociedade moderna e não na sociedade medieval...

### Quem favorece a privatização da banca

P.H. — O prof. Sousa Franco enfrentou no decurso do seu



• Este Governo exerce vinganças pequeninas sobre Lurdes Pintasilgo .

• A banca nacionalizada não tem actuado globalmente pior do que actuaria a banca privada.

• A lei do referendo é claramente inconstitucional.



|                     |               |                   |  |
|---------------------|---------------|-------------------|--|
| DIÁRIO DE NOTÍCIAS  |               | COMÉRCIO DO PORTO |  |
| PORTUGAL HOJE       | 24. JAN. 1980 | DIÁRIO POPULAR    |  |
| CORREIO DA MANHÃ    |               | DIÁRIO DE LISBOA  |  |
| DIA                 |               | CAPITAL           |  |
| DIÁRIO              |               | TARDE             |  |
| A TRIBUNA           |               |                   |  |
| PRIMEIRO DE JANEIRO |               |                   |  |
| JORNAL DE NOTÍCIAS  |               |                   |  |



«Cumprir levar até ao fim a reestruturação da banca»

mandato o problema de violação do sigilo bancário em certas instituições de crédito. Em que ponto deixou o problema? Que prejuízos concretos causou?

S.F. — A manipulação da banca e o ataque aos gestores bancários foi efectivamente dos problemas mais graves que tive de enfrentar. Esperto quem a promoveu ou a cobriu perceba hoje que, afinal, só contribuiu para que se dessem passos decisivos no sentido da banca privada. E não venham depois dizer que não o queriam... Os prejuízos materiais causados são evidentes: aos cidadãos cujas contas foram reveladas (que não-deter feito valer os seus direitos como entendam), pois a liberdade a eles devolve a própria defesa nestes domínios, aos bancos nacionalizados (que moveram para isso as acções internas e, penso, judiciais que se revelaram necessárias) e ao próprio sistema de crédito no seu conjunto. É sobretudo por esta última área que é responsável o ministro das Finanças — pois a democracia é a divisão e independência dos poderes e das instituições, e só em autocracia há comandos únicos, talvez mais rápidos e eficazes mas menos limitados — que solicitou as diligências, julgadas possíveis à face da lei, à Procuradoria-Geral da República e à Polícia Judiciária. Só estas entidades podem hoje informar do estado das investigações, bem como — no que toca aos processos internos de inquérito e procedimento disciplinar — os bancos atingidos. Não tendo hoje responsabilidades oficiais, considero que o que conheci no exercício de funções oficiais não pode ser por mim revelado sem autorização dos actuais responsáveis. Mas sempre lhe direi que a confiança no sistema de crédito se manteve ao longo de todo o mandato do V Governo. E resistiu, tanto a estas manobras, vindas de certas áreas qualificadas de esquerda, como às outras manobras, essas claramente de direita, consistentes na difusão programada de falsas notícias alarmistas, tendentes a criar no público incerteza sobre a liberdade dos seus depósitos e a situação financeira do País. A falta de prestígio desta Imprensa levou a que das suas «atoardas tremendas» nenhum efeito negativo resultasse: o público já não «liga» às mentiras de encomenda, e tem uma antiga sabedoria crítica com que mesmo os maus jornalistas deviam contar. O saldo final é, pois positivo; até do mal pode tirar-se algum bem. E este foi que se deram às instituições de crédito instruções e se desencadearam mecanismos tendentes a acautelar ainda mais o sigilo relativo, designadamente, às operações que envolvem os direitos e interesses de terceiros, o que reforçará ainda mais a confiança que o sistema de crédito merece.

**Banca nacionalizada tem correspondido**

P.H. — Pensa que a banca nacionalizada tem correspondido globalmente às necessidades da economia portuguesa, em particular no seu sector privado?

S.F. — Penso que sim: as limitações ao crédito são um sistema geral, aliás praticado em países sem banca pública, como a Inglaterra, e elas ter-se-iam imposto também à banca privada se ela existisse entre nós. No restante, creio que, passada a convulsão de 1974-75, a banca nacionalizada não tem actuado globalmente pior do que actuaria a banca privada — e naturalmente não tem sido o instrumento, ao menos potencial, de domínio do poder político pelo poder económico, que no passado foi (e de que maneira!) Alguns defeitos acusa, que devem ser corrigidos: cumprir levar até ao fim a reestruturação da banca, como se fez com os seguros públicos; há que desburocratizar o seu funcionamento, favorecendo a criatividade, em detrimento da chuva, de circulares do Banco de Portugal; há que estimular a descentralização, com rigoroso controlo da qualidade do crédito concedido e sem qualquer quebra de honestidade ou ética na prática das operações; há que acentuar a liberdade e a responsabilidade dos gestores — não substituindo o receio das «pressões de baixo» resultantes da utilização anarco-sovietista das estruturas de controlo de gestão, pelas ameaças de controlo burocrático-centralizado «a partir de cima», expressas na exigência dos comissários políticos nas empresas públicas, feitas há bem pouco por alguns «soi disant» liberais...

P.H. — Ainda a banca nacionalizada: não é segredo para ninguém que a corrupção continua a grassar em numerosas agências de certas instituições, designadamente ao nível do favoritismo na concessão de créditos ao investimento, ou na aceleração de processos pendentes na complexa teia burocrática. A este respeito, a banca nacionalizada parece não ter sabido erradicar do seu seio alguns dos defeitos herdados da banca privada. Como vê este problema? Como combater a corrupção, moralizando o que deve ser moralizado?

S.F. — Eu não generalizaria a afirmação que faz. Mas também não ignoro que certas instituições há muito sofriam de corrupção e não terão, como deviam, mudado totalmente de natureza. Há, depois, os riscos da descentralização de poderes, sem controlo adequado... Julgo que a moralização de certas instituições será consequência, antes de mais, de um ambiente geral de moralidade, que se não cria nem reforça com a pregação de certos tartufos, cujas acusações genéricas e vagas de imoralidade apenas vi-

sam desviar os olhos do público da imoralidade patente e inegável em que eles próprios vivem. A moralidade reforçar-se-á quando a sociedade portuguesa tiver, na democracia, alcançado uma estabilidade nos hábitos, nas leis, nas instituições, que, infelizmente, as tristes peripécias desta última transição de poder demonstram estar muito longe de ter sido atingida. Os gestores são apenas homens de confiança ou correeiros de transmissão do poder; se a mudança de Governo é mudança de gestores e perseguição ou desautorização total do Governo anterior (para não falar de outros órgãos de soberania) — nunca haverá gestores responsáveis e capazes, nunca haverá autoridade e responsabilidade nas empresas públicas. E, sem estas, porque a natureza humana onde sinta fraqueza tende a abusar, a imoralidade alastrará, nelas como nas mais diversas áreas da vida social.

Apondo algumas orientações mais concretas, sem ignorar que a primeira deve ser o exercício eficaz da autoridade dentro da empresa, sem contempções, embora com justiça. As nossas leis económicas são uma manta de retalhos e não punem devidamente muitas práticas imorais e ilegais hoje correntes. A máquina dos tribunais funciona tão mal, que a ela se deve em boa parte o clima de impunidade, que é caldo da cultura de corrupção: casos recentes, relacionados com corrupção atinente ao sector bancário, duvido possam já ser punidos, por culpa da máquina judicial. O critério de escolha dos gestores é mais político-amigável

do que técnico e imparcial: o anterior Governo deixou pronto um projecto de Estatuto do Gestor Público e um diploma estabelecendo requisitos para se ser nomeado gestor nos sectores bancário e segurador, que pena é não tivessem sido aprovados. Enfim, a criação de inspecções mais dotadas de meios e que sejam verdadeiras auditorias são, entre outros, meios imprescindíveis para lutar contra a corrupção que existe neste domínio como em todos os outros da sociedade portuguesa. Mas não se diga que ela é fruto ou consequência do 25 de Abril. Fruto do 25 de Abril, é, sim, poder-se falar dela e dos meios de a combater; que a corrupção já existia antes, e de que rotunda forma...

**Lei do referendo é inconstitucional**

P.H. — Mudemos de assunto. Naquele que me parece ser um dos mais interessantes textos políticos da sua autoria, e seguramente um dos mais fecundos textos de reflexão política publicados nos últimos meses, (estamos a referir-nos à sua resposta ao analista político José Miguel Júdice), você sustentou que o nosso País, é, apesar de tudo, um País menos conflitual que a Espanha ou a França. Considera portanto serem boas as perspectivas de consolidação da Democracia no nosso País?

S.F. — Continuo a considerar boas as perspectivas de consolidação da democracia em Portugal — apesar das tensões internacionais, da crise económica mundial, da natureza recente e muito profunda das transformações ocorridas em Portugal. Julgo que a primeira garantia disso está na irreversibilidade das transformações ocorridas na segunda metade da década de setenta, que potenciam a modernização de Portugal. Não é simplesmente possível voltar ao passado de 24 de Abril; os próprios defensores inteligentes do passado têm de propor coisas diferentes...

Sem repetir os sintomas concretos de menor conflitualidade em Portugal relativamente a sociedades mais industrializadas do mundo latino, apontar-lhe-ei ainda porque é que, apesar da prática inicial deste Governo — desoladoramente ignorante das normas elementares de civismo e tolerância e de um mínimo de

grandeza que está mais em saber ganhar do que em saber perder — apesar do carácter nítido de ruptura institucional e confrontação moderada do seu programa (com o presidente da República, com a Constituição, com tudo quanto é esquerda em Portugal), creio que a democracia pode ainda vencer, ainda que passando por algumas convulsões mais, «à escala humana» como sempre tem ocorrido em Portugal. A primeira razão para isso é que o ambiente social tem condições para nele continuar a ser possível o diálogo e a concertação, se o Governo não fizer deflagrar um confronto violento no plano social ou na questão agrária do Alentejo: ora, ao menos por eleitoralismo, o Governo não o fará. As propostas de ruptura institucional — como a lei do referendo, destinada, como já foi defendido, a antecipar a revisão constitucional ou a substituir o seu processo legal — não têm possibilidade de passar, pois são claramente inconstitucionais. Prevejo, para 1980, perspectivas de consolidação da democracia; e cada ano de vida democrática é um passo mais no reforço das instituições e da vivência democrática.

**A moral da vida privada de certos políticos**

P.H. — O prof. Sousa Franco tem-se revelado um dos mais frontais denunciadores da «imoralidade» reinante em muitos aspectos da vida política portuguesa e isso tem-lhe valido até ataques despitados de alguns dos seus antigos companheiros. Pensa que a política portuguesa é necessariamente uma realidade «perversa» e que a coerência se divorciou de forma definitiva dos nossos políticos? Ou, pelo contrário, acredita que se tende para a regeneração moral da nossa vida pública, sem necessidade de operar quaisquer rupturas institucionais de fundo?

S.F. — Penso, realmente, que o nosso povo tem uma tradição e um temperamento que o torna perfeitamente apto a viver em democracia; mas que a nossa classe política — isto, em qualquer dos clubes em que alinhe — carece, ainda, de uma «reverendíssima reforma».

P.H. — Porquê e como?

S.F. — A ruptura do 25 de Abril não permitiu recuperar uma classe política diversificada e «formada» na democracia — como na generalidade dos países europeus, após a queda do fascismo, em 1945 — nem uma classe política «reciclada», produto de uma evolução (quaisquer que fossem as respectivas motivações) a partir da do regime anterior (como em diversos eventos históricos, de que destaco o caso da recente transição democrática de Espanha). Com valiosas excepções, a classe política portuguesa é inexperiente da vida política, tanto a vivida pelo anterior poder democrático, como do lado de uma oposição pouco numerosa. Cinquenta anos de vida política asséptica num país sem instituições, o carácter peculiar da ditadura conservadora (mais do que fascista) de Salazar, o papel negativo da Igreja (apesar do caso singular da Acção Católica), a democracia dada por um golpe militar, que engendrou um processo revolucionário — explicam de sobejo isto tudo. E então, como é próprio dos processos revolucionários, escorre para o poder uma enxurrada de gente — sem qualquer selecção prévia; a par dos que o buscam por serviço, os que querem servir-se dele; juntos com alguns ca-

pazes, os desenraizados, os demagogos, os desonestos, os vira-casacas, os mediocres promovidos ao galarim, os negociatas, os marginais... E, mais não digo.

Dai uma classe política (que, nos primeiros tempos, foi político-militar) marcada por duros traços negativos: uma generalizada imoralidade, uma larga incompetência (no domínio da preparação, da experiência e da capacidade, tanto técnica como doutrinária, ou até politiqueria), uma ampla mediocridade. E a busca da profissionalização nos partidos, onde mais sobem os menos capazes na vida real. E, se a selecção tem sido feita, ela tem acentuado muitas vezes a mediocridade e a incompetência, e não tem melhorado a qualidade ética. Quer um exemplo? Compare a capacidade geral do I Governo Provisório com a do VI Governo Constitucional (sem curar de saber agora das ideias de cada um), e diga-me quais as conclusões a que chegou... Houve ou não uma clara descida de capacidade e competência em todos os domínios?

Julgo que isto deve ser assumido de frente, embora não seja incurável. Há partidos onde a selecção dos melhores tem vindo a ser feita, passo a passo; e no meu entender, é o que tem sucedido, das origens até hoje, no Partido Socialista (que perdeu alguns valores, mas tem melhorado significativamente a capacidade, competência, ética e coesão dos seus dirigentes, em todos os níveis). Há outros que têm vindo a piorar, em cada mudança que sofrem: o caso nítido é o do PSD.

Penso, todavia, que o sentido geral do movimento social, pela melhoria das suas classes dirigentes (sindical, dos gestores, etc.), forçará uma melhoria da classe política (e também, porque neles o fenómeno foi desde o início paralelo, do dos profissionais da comunicação social). Algumas causas poderão «recuperar» para Portugal um naipe de políticos à altura do seu povo: a selecção, que se há-de operar, dos políticos com um mínimo de moral, na sua vida privada (que, para os homens públicos, é pública) como na actuação pública; a participação directa crescente das populações, no nível local e na própria Administração Pública Central; a valorização, ao lado dos profissionais, dos políticos não profissionais, competentes nas áreas sociais onde actua; a redução do dirigismo de certas estruturas partidárias sobre quem exerce funções em directa representação do Povo (deputados, ministros, etc.); a democratização interna aprofundada dos partidos (que falta nos partidos da direita) e o seu papel de pedagogia cívica, e não de demagogia eleitoralista; a ligação directa entre os eleitos e o povo... Pois creio que será o povo que há-de «sanear» os políticos incompetentes e desonestos que ainda existem, como o tem feito já a muitos, tornando assim mais pura a democracia, que é dele. E mais faria, se todos os jornalistas tivessem, eles, critérios éticos e transparência profissional, apresentando ao povo a verdade dos factos, em vez das frequentes manipulações e do «mundo paranoico», que corresponde aos interesses do partido de cada um deles e das centrais totalitárias que continuam a intoxicar na raiz a nossa informação e a enganar o nosso povo.

A baixa política e a baixa imprensa são irmãs gêmeas e fortalecem-se uma à outra. A derrota das duas há-de estar para breve, pela consciência democrática de um Povo: pois s'ó a prática da democracia é que pode aperfeiçoar a própria democracia.



• A corrupção não é fruto do 25 de Abril. Fruto do 25 de Abril é poder falar-se dela.

• No PS, a selecção dos melhores tem vindo a ser feita, passo a passo; há outros que têm vindo a piorar em cada mudança que fazem: o caso nítido é o do PSD.